

# ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO SERTÃO DO ARARIPE (PE)

Ines Fridman Garcia<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho é estudada a organização da sociedade civil (através de ONGs, associações e cooperativas, entre outros) no Sertão do Araripe, localizado no semiárido pernambucano. Na análise, a atividade destas instituições é considerada como uma maneira de a população acessar recursos, políticas públicas e ativos, o que impulsiona a criação de capital social e o desenvolvimento. O objetivo da pesquisa é analisar os resultados do trabalho desta rede de atores neste território em construção. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a realização de trabalhos de campo.

**Palavras-Chave:** Sociedade Civil; Semiárido Brasileiro; Convivência com o Semiárido.

## Introdução

Este trabalho pretende traçar um histórico da organização da sociedade civil no Sertão do Araripe, área do semiárido pernambucano, que é baseada no paradigma da convivência com o semiárido. Além disso, objetivamos fazer uma análise sobre os mecanismos e efeitos nas morfologias espaciais e territoriais do trabalho da rede de atores no Araripe.

A convivência com o semiárido busca alternativas com base na agroecologia, na economia solidária, na educação contextualizada, na segurança alimentar e na distribuição mais justa de terra e água para se opor à ideia de que grandes obras, como a transposição do rio São Francisco e a construção de grandes açudes, seriam a solução para a seca, o que é defendido pelo chamado paradigma de combate à seca. Os que apoiam a convivência acreditam que a seca não deve ser combatida, e sim que os habitantes do semiárido devem aprender a conviver com esta região. Assim, os membros da rede de atores do Araripe e seus parceiros buscam soluções difusas e adaptadas a cada realidade, procurando solucionar problemas de maneira local e não regional ou nacional, valorizando as especificidades de cada lugar.

Na região semiárida brasileira como um todo as ideias de adaptação ao semiárido são propostas principalmente por organizações da sociedade civil, porém há também contribuição do Estado. O principal ator trata-se da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), uma congregação de ONGs, associações e cooperativas. Também contribuem principalmente a vertente progressista da Igreja católica, e, como figuras do Estado, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No Sertão do Araripe, especificamente, existe uma rede de atores, a grande maioria representante da sociedade civil, que trabalha com a convivência com o semiárido. Neste trabalho incluem-se, por exemplo, as ações de transição agroecológica implementadas nas roças e a construção de cisternas de placas para captação de água da chuva. Neste trabalho, pretendemos apresentar o histórico da mobilização social nesta região e expor o trabalho que é ali desenvolvido. A rede é composta por sindicatos, ONGs, associações e fóruns, dentre outros. Acreditamos que a ONG denominada Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga) tem um papel central nesta organização.

---

<sup>1</sup> Geógrafa formada na UFRJ. Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ.

Portanto, a unidade de análise deste *paper* é a rede de atores do Araripe. Acreditamos que esta rede passou por uma evolução. Foi “fundada” com as Comunidades Eclesiais de Base, que permitiram a instalação do Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri, que impulsionou a conformação da rede de fato. Por fim, foi instalado o Território da Cidadania, considerado aqui como um coroamento deste processo e que selou a articulação entre sociedade civil e Estado, em que o último reconhece o trabalho do primeiro como algo positivo e que deve ser replicado.

Estado, mercado e sociedade civil constituem as três esferas da sociedade. Para nós, a sociedade civil trata-se de um conjunto de organizações e instituições que trabalham com foco no interesse coletivo da sociedade. No contexto aqui analisado, os representantes da sociedade civil são aqueles ligados às organizações não-governamentais, associações, sindicatos, movimentos sociais e cooperativas.

Assim, este trabalho tem como um de seus objetivos a compreensão dos processos de mudança desencadeados pelo trabalho da rede de atores do Araripe para as pessoas e organizações atingidas pela sua atuação, e como estas mudanças refletiram no espaço e no território. Assim, buscamos compreender as razões da intensa mobilização da sociedade civil naquela região, e como esta rede é causa e consequência da existência do trabalho do Caatinga. A ONG está instalada no Sertão do Araripe devido à organização da sociedade civil já existente, porém, por outro lado, ao desenvolver seu trabalho, fortaleceu a rede e ajudou na criação de novos atores. Em uma escala mais ampla, do semiárido brasileiro como um todo, podemos reproduzir esta centralidade para a ASA, que é fundamental para a organização da sociedade civil nesta região.

Gostaríamos de compreender se o Caatinga é um ator com capacidade de liderança razoavelmente legitimada na organização e na condução da institucionalidade territorial, investigando as razões dessa liderança. Isto nos leva à necessidade do estudo das origens históricas do território, sua estrutura de poder e suas características econômicas, políticas e culturais (Delgado e Leite, 2011).

Neste sentido, buscamos compreender as articulações entre os atores envolvidos na experiência de convivência, visando esclarecer em que medida contribuíram para facilitar o acesso dos agricultores a diferentes ativos (materiais e imateriais), políticas públicas e oportunidades e como estes acessos impulsionam a ação coletiva e levam à mudanças no espaço e no território. Assim, buscamos compreender como grupos sociais se transformam em atores sociais, ou seja, passam a ter capacidade de ação coletiva. Os conceitos de capital social, território e desenvolvimento são considerados subsídios para esta análise, na medida em que o capital social é entendido como relações sociais que viabilizam a ação coletiva, e que esta leva ao desenvolvimento dos indivíduos envolvidos neste processo.

## **Hipóteses**

A primeira hipótese deste trabalho consiste na suposição de que a rede de atores causou uma reestruturação territorial do sertão do Araripe, na medida em que seu trabalho levou a mudanças na dinâmica do poder e na relação dos agricultores com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Esta suspeita baseia-se em Souza (2009). Este autor afirma que o território trata-se da projeção espacial de relações de poder, devendo ser investigado levando-se em conta os aspectos materiais e imateriais do espaço. O poder pode ser compartilhado entre membros de um grupo e não precisa se apoiar exclusivamente na coerção, mas também nas trocas, acordos e negociações. Além disto, os territórios, alguns mais e outros menos, tem a característica de serem constantemente criados, transformados e destruídos. Um dos exemplos de mudanças nas relações de poder e nos componentes do espaço é a construção de cisternas, tanto para uso doméstico quanto para uso agrícola. Sua construção quebra com relações clientelistas, antes uma mediação indispensável para o

acesso a determinadas políticas. Outro exemplo seria a menor dependência de atravessadores para o comércio de produtos agrícolas, com a criação de feiras agroecológicas e do Empório Kaeteh, um armazém de produtos agroecológicos localizado em Ouricuri.

Devemos levar em conta que territórios são relações sociais projetadas no espaço, e não espaços concretos (Souza, 2003). Assim, se as relações de poder foram modificadas no Sertão do Araripe, como se supõe, tal fenômeno teve implicações no espaço e na paisagem. As já citadas cisternas podem ser consideradas como manifestações espaciais desta mudança.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos complementar com a ideia de Bernardes segundo a qual as transformações sociais têm correspondência na adequação espacial, o que justifica a consideração do espaço como uma variável significativa no estudo das relações sociais. Assim, cada formação social é ao mesmo tempo formação espacial, onde o sistema de produção e reprodução social está materialmente impresso, e, se a construção do espaço é na aparência um fato técnico, é na essência um fato social.

Se partirmos da constatação de que as relações de poder foram modificadas, é possível afirmar que foram construídas relações mais autônomas. Para o geógrafo supracitado, a autonomia é o poder de uma coletividade de se reger por si própria, seguindo suas leis. “Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aquela cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis” (Castoriadis, 1983 apud Souza, 2003). Para o autor, em uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no território.

Por fim, se está sendo considerado que houve mudanças nas relações de poder, devemos explicitar o que se entende pelo conceito de poder. Arendt (apud Habermas, 1980) afirma que o poder é a faculdade de alcançar acordos e que as instituições de poder só existem desta maneira devido a um acordo com o povo. Foucault (1979) acredita que o poder é uma rede de mecanismos e dispositivos que existe em todo lugar e não é concreto, está na sociedade, enraizado, e é difuso. Se aceitarmos a concepção de Foucault de que não há dono do poder, e sim que ele é replicado por todos, podemos ter uma solução para o empoderamento de indivíduos: todos exercem o poder, e cabe a estes atores perceberem que estão replicando um poder que não concordam, e modificar sua forma de atuação. Acreditamos que o Caatinga e seus parceiros agem desta maneira e, por isto, quebram relações de poder anteriormente instauradas. Este é mais um elemento para o aumento das liberdades e capacidades dos atores envolvidos nos processos de convivência com o semiárido.

A segunda hipótese do trabalho é a de que a convivência com o semiárido permite o acesso à políticas públicas e a novos ativos, impulsionando a ação coletiva. Esta hipótese fundamenta-se no pressuposto de que a incorporação de princípios da convivência só é possível se houver formas associativas, pois certas atividades não são realizáveis se os atores agirem de forma individualizada. A convivência com o semiárido aqui não é vista como um processo endógeno ou espontâneo, mas de adesão dos agricultores às propostas da rede de atores do Araripe. Esta adesão se deu a partir da interação social e das organizações, como sindicatos e associações, que já existiam previamente na região. Ou seja, aquilo que pode ser denominado de uma ação coletiva, a capacidade de grupos sociais de agir coletivamente a partir de interesses, expectativas, crenças e valores compartilhados. Esta afirmação tem relação com o que Tarrow (2009) declara: a ação coletiva se sustenta quando existem densas redes sociais e estruturas conectivas, além de quadros culturais consensuais e entendimentos compartilhados.

Outro elemento apontado pelo autor supracitado é de que a coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados. Assim, as identidades são quase sempre a base

de agregação destes movimentos, embora lutem com frequência para mudar o significado dessas identidades. No caso estudado, a identidade de sertanejos é o que une os indivíduos para a ação coletiva, porém também existe uma luta para modificar estas identidades, na medida em que a representação do sertanejo e do sertão é geralmente associada à ignorância e à vida em uma região miserável e fadada ao fracasso, que deve ter sua natureza modificada para se tornar viável.

Tarrow afirma ainda que a transformação de questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva não ocorre por si mesma. É um processo em que os atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente. Neste sentido, é possível afirmar que a rede de atores do Araripe contribuiu para que a falta d'água, a dificuldade na produção agrícola e a extrema pobreza fossem transformadas em alvo da ação coletiva no Sertão do Araripe. Assim, a rede colaborou para que as pessoas definissem, coletivamente, suas situações como injustas.

Existem transformações a curto prazo que são causadas pela própria ação coletiva, porém, a longo prazo, há um processo de formação de consenso e de mobilização. É possível afirmar que existiram ações a curto prazo, como a incorporação de cultivos adaptados ao clima e a construção de cisternas, e que a longo prazo houve um processo de mobilização com a formação, por exemplo, de cooperativas. Tarrow também afirma que o Estado pode contribuir ou dificultar os processos de ação coletiva, uma das motivações para a investigação da relação entre as três esferas da sociedade neste trabalho de mestrado.

Consideramos as ações sociais coletivas como resultado e causa do processo de transição em direção à convivência com o semiárido, o que faz lembrar os círculos virtuosos de Putnam (1996) acerca do capital social. O autor acredita que a existência de capital social gera mais cooperação, que gera mais capital social, e assim por diante.

Aqui o conceito de “ativo” de Bebbington (1999) é importante. O autor o considera como um recurso que é acessado pelas famílias e está ligado à ideia de ação: um recurso só vai ser um ativo se viabilizar a ação coletiva. Ativos não são somente elementos que permitem a sobrevivência, são também a base do poder do agente para agir e para reproduzir, desafiar ou mudar as regras que governam o controle, o uso e a transformação dos recursos. Ou seja, fortalecem a capacidade das pessoas para mudar as regras do jogo do desenvolvimento.

Neste trabalho, podem ser considerados como ativos acessados pela população do Araripe a água, a terra, a cidadania, a autoestima e a visibilidade pelo Estado, que viabilizam a ação coletiva. É evidente que o acesso por si só a estes ativos não leva à ação coletiva: isto depende de quão democráticas são as lideranças dos sindicatos e associações e de quão envolvidos com a causa os indivíduos estão.

## **Metodologia**

Realizamos dois trabalhos de campo no Sertão do Araripe. Foram visitados sete sítios nos municípios de Ouricuri, Bodocó, Santa Cruz e Exu. Nestes locais foram entrevistados os agricultores responsáveis pelas propriedades, em entrevistas semiestruturadas que versavam sobre as mudanças trazidas na incorporação da convivência com o semiárido e da agroecologia, sobre as dificuldades no acesso à água e as contribuições do P1MC e do P1+2, e sobre os espaços de representação política. Também foram presenciadas reuniões da Cooperativa de Crédito Solidário de Ouricuri e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Parnamirim, além da realização de entrevistas semiestruturadas, com coordenadores do Caatinga, o presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária, o supervisor local do Projeto Dom Hélder Câmara, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouricuri, entre outros. Estas entrevistas trataram sobre a rede de

atores do Araripe, a abrangência de sua atuação, suas relações internas e a centralidade do Caatinga nesta articulação.

Assim, buscamos compreender os atores que estabelecem interlocução entre si, os processos de negociação entre os atores da sociedade civil e em relação ao Estado, os conflitos e divergências, e as interpretações em relação às ações governamentais.

Também foi feita uma pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses e periódicos nas bibliotecas do CPDA/UFRRJ e do PPGG/UFRJ, além do banco de teses da CAPES e da plataforma SCIELO. Como fontes primárias foram utilizadas cartilhas, informativos e DVDs criados pelo Caatinga e seus parceiros.

### **Combate à seca e convivência: duas propostas para o semiárido**

Esta parte do trabalho busca apresentar as duas concepções de desenvolvimento que norteiam a atuação do Estado, da sociedade civil e do mercado no semiárido brasileiro.

#### **Ações governamentais de combate à seca**

O problema da seca passou a figurar em relatos históricos a partir da colonização do semiárido pela atividade pecuária, que levou a um aumento populacional na região. Até então, esta era habitada por indígenas nômades, com exploração pecuária e agrícola em pequena escala. Já a colonização, eminentemente sedentária, encontrou a seca como um empecilho à sua expansão (Silva, 2006).

Tanto no nordeste açucareiro quanto no semiárido, a sociedade era dominada social, cultural e economicamente por coronéis e pela oligarquia latifundiária. Cada latifúndio representava uma realidade social à parte, muitas vezes superior à ordem pública. Estes senhores dominavam os espaços de representação política, fraudando eleições e participando de violentas disputas pelo poder político (Castro, 1992).

As oligarquias agrárias atribuíam à seca todo o atraso da região, tirando proveito desta situação e beneficiando-se das ações governamentais assistenciais, fazendo da seca um negócio. O distanciamento geográfico e político entre o comando central e o local possibilitava a centralização do poder econômico e político nas mãos das elites agrárias, que se apoiavam na miséria do povo sertanejo (Castro, op. cit.).

Somente no início do século XX a ação estatal passou a ser mais sistemática no combate à seca. Foi criado, em 1909, o primeiro órgão de atuação permanente na região, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), de orientação técnica. Silva (op. cit.) atribui esta mudança no tratamento da questão a dois motivos. O primeiro, à ascensão da oligarquia sertaneja, que, trabalharam na formação de uma opinião pública em favor do enfrentamento da seca, forjada através dos meios de comunicação e da divulgação da situação dos flagelados da seca pelos políticos locais. A população e os governantes, sensibilizados por aquela situação, apoiavam o direcionamento de verbas para medidas de combate, que acabavam por favorecer os dirigentes políticos.

A Iocs visava combater os efeitos da seca através principalmente da construção de açudes, canais de irrigação, barragens, perfuração de poços e construção de estradas e ferroviárias. Também foram realizadas pesquisas sobre clima, geologia, topografia e hidrologia do semiárido, que serviram de subsídio para as primeiras obras hidráulicas; entretanto, o órgão governamental não avançou no conhecimento da estrutura econômica e social da região. Assim, os estudos do meio físico, desconectados do meio social, não foram suficientes para que as obras de engenharia beneficiassem os mais necessitados, pois estas não eram realizadas nos locais onde havia real necessidade (Assis, 2009).

Em 1919 a Iocs passou a ser denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs). O novo órgão concentrou-se na construção de onze grandes açudes, destinados a armazenar água para irrigação, além de outras obras hídricas e a abertura de rodovias e

ferrovias. Porém, devido à falta de recursos financeiros, as obras não foram finalizadas (Silva, op. cit.).

Em 1945 a Ifocs foi transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), órgão com os mesmos objetivos de seu antecessor, porém que trazia uma maior preocupação com o gerenciamento dos açudes públicos, direcionando suas águas para a irrigação. Foi proposta pelo governo uma lei para regular as terras adjacentes aos reservatórios da União, impedindo a existência de propriedades particulares nestas áreas. As oligarquias rurais sertanejas denunciaram a proposta como subversiva e comunista, e impediram sua implementação.

Assim, durante a primeira metade do século XX, centenas de açudes foram construídos para sustentação de rebanhos nas grandes e médias propriedades particulares. O principal exemplo é o das barragens estatais, que serviam prioritariamente para a sustentação do gado dos grandes produtores, e apenas marginalmente para o desenvolvimento da agricultura de subsistência em suas várzeas, já que líderes políticos atuavam para que açudes públicos fossem construídos dentro de propriedades particulares. Oliveira (1981 apud Silva, op. cit.) afirma que estas benfeitorias eram expressão do poder político alcançado pela oligarquia algodoeiro-pecuária, que conseguiu, com as obras hídricas, aumentar seu poder econômico, e manter sua base política de sustentação, tendo o controle sobre a água e sobre parte da cultura de subsistência realizada por seus meeiros.

Percebendo que os órgãos públicos estavam a serviço das oligarquias e haviam se transformado em instrumentos de manutenção da pobreza dos que sofriam com as secas, o governo federal decidiu criar outra política para o semiárido (Silva, op. cit.). Seguindo esta nova diretriz, foram criadas, pelo governo federal, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) – atual Codevasf, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, e, posteriormente, a Sudene.

Em 1952, durante o governo Vargas, foi fundado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), um agente financeiro regional de incentivo à implantação de empreendimentos industriais e agropecuários. O governo objetivava criar uma instituição de crédito de médio e longo prazos específica para a região, acreditando que era necessário reestruturar a economia do nordeste (e do semiárido), gerando uma mentalidade empresarial moderna. Porém, os financiamentos eram direcionados para o fortalecimento de grandes e médios proprietários, sobretudo os criadores de gado, em detrimento dos pequenos produtores.

No final da década de 1950 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob coordenação de Celso Furtado. A partir das recomendações do GTDN, o governo federal propôs a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que deveria atuar para tornar o Estado mais autônomo na região (Silva, op.cit).

A Sudene foi fundada em 1959, após uma intensa seca ocorrida no ano anterior. Nasceu com o intuito de desenvolver o nordeste, em especial o semiárido<sup>2</sup>, deslocando o enfoque exclusivo do combate à seca para propor a industrialização e a superação dos problemas agrícolas. Propunha a colonização de terras no Maranhão e no Oeste da Bahia, áreas pouco povoadas, aproveitando melhor as bacias hidrográficas e os açudes para a irrigação, e promovendo a reorganização fundiária da região (Furtado, 1998).

Houve grande resistência política à criação desse novo órgão de planejamento, apesar de sua organização ter sido bastante favorável ao desenvolvimento nordestino. Esta resistência deu-se pelo fato de que a Sudene substituiria a Dnocs, grande aliada das elites

---

<sup>2</sup> O trabalho focado nas questões do semiárido levou o órgão a atuar também em municípios de Minas Gerais.

locais. Os dirigentes do novo órgão acreditavam que, embora as soluções propostas fossem de desenvolvimento econômico, o problema do sertão configurava-se como eminentemente político (Assis, op. cit.).

Porém, com o golpe militar de 1964 a política da Sudene foi desmontada. No semiárido, mantiveram-se os privilégios das oligarquias, com a continuidade das políticas assistenciais e da obras hídricas, que serviram à modernização das atividades pecuárias e, sobretudo, à implantação de áreas de irrigação (Silva, op.cit). Também foi incentivada a modernização da pecuária, com substituição de áreas de cultura agrícola por pastagens, porém sem interferir na questão fundiária, expulsando agricultores familiares de suas terras e provocando a redução da produção de alimentos. Mais uma vez, ações governamentais dirigidas aos pequenos agricultores foram utilizadas pelos grandes proprietários, e a estrutura fundiária permaneceu praticamente intocada (Silva, op. cit.).

Nos perímetros irrigados, foi deixada de lado a produção de alimentos para consumo interno e priorizou-se a fruticultura de exportação e a produção de vinhos. Estas áreas tornaram-se o centro das atenções na modernização do semiárido. A insolação quase permanente e o clima quente e seco eram ideais para produção de frutas e hortaliças, voltadas para centros consumidores na Europa e nos Estados Unidos (Elias e Pequeno, 2006).

Os projetos públicos de irrigação foram concebidos inicialmente com cunho social, para inclusão de colonos e pequenos produtores de áreas ribeirinhas. Porém, a inclusão ocorreu para pequenos e médios produtores capitalizados, a partir de políticas públicas que proporcionaram as condições necessárias às modernas práticas agrícolas e de irrigação, e a efetivação de empreendimentos agroindustriais.

Em 1974 foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), com o objetivo principal de incrementar a agricultura empresarial na região deste rio (Silva, op. cit.). Foi criado, em 1975, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), precursor da atual Embrapa Semiárido, onde foram estudadas e experimentadas tecnologias apropriadas às áreas secas, e desenvolvidas técnicas de produção para áreas irrigadas.

A agricultura irrigada foi uma diretriz governamental, que organizou e deu incentivos para que esta fosse implementada, muitas vezes substituindo áreas de agricultura de subsistência por agroindústrias voltadas para o mercado externo. Na década de 1980 o controle da agricultura irrigada passou para a iniciativa privada, aproveitando a infraestrutura já existente. Neste momento emergiu um importante ator no semiárido, o empresariado, que surgiu como um contraponto às oligarquias rurais, pois era adepto de um discurso de modernização e mudança (Elias e Pequeno, op.cit).

A agricultura irrigada trata-se, nos dias de hoje, de uma das principais atividades econômicas existentes no semiárido. Segundo Elias e Pequeno (op. cit.), esta atividade econômica produz artificiais ilhas de prosperidade, os polos de agricultura irrigada, cercadas por áreas estagnadas economicamente. A agricultura irrigada, da maneira que foi desenvolvida, resultou na geração de novos espaços produtivos com modernização da base técnica de produção, valorizando regiões específicas, e excluindo o que está ao redor. Os mesmos autores afirmam que se tratam de subespaços na zona semiárida, que levam à valorização seletiva do território.

Os projetos de agricultura irrigada representam uma ruptura na estrutura produtiva no sertão nordestino. Representam uma descontinuidade pelo que é cultivado (frutas, muitas vezes exóticas, em pleno sertão); pela paisagem que geram (campos verdejantes em meio à caatinga); por não se limitarem ao ritmo sazonal devido à irrigação; porém, por outro lado, representam uma continuidade na estrutura fundiária, na estrutura de poder, e no trabalho e renda. A terra e a água continuam concentradas e ainda há desigualdade social, apesar de estas estarem mascaradas pela imagem de modernidade e desenvolvimento que a fruticultura

transmite. Também trata-se de uma continuidade no tocante à permanência de uma agricultura voltada para exportação.

A ideia de combate à seca, iniciada em 1909, com a criação da Iocs, ainda está presente nos principais investimentos governamentais no semiárido, que movimentam grande quantidade de capital e caracterizam-se pela realização de grandes obras. Os projetos de irrigação são exemplos disto. São produzidas frutas exóticas para exportação, utilizando grande quantidade de água. Não se procura conviver com o clima, e sim vencer a sua aridez, criando paisagens artificiais. A transposição das águas do rio São Francisco é um outro exemplo de que o combate à seca ainda está presente na atuação estatal. Em vez de se captar a água da chuva e procurar desenvolver uma agricultura adaptada ao semiárido, soluções mais baratas e provavelmente mais eficazes, será transportada água por milhares de quilômetros, com grandes perdas por evaporação, e sem garantias de que vai chegar a quem tem sede. Críticos do projeto, como a ASA (1999), apontam que grande quantidade do líquido acabará por abastecer novos polos de agricultura irrigada (o chamado “agrohidronegócio”), e assim, mais uma vez, grandes soluções hídricas, que visam solucionar o problema da semiaridez, não terão sucesso.

### **A proposta de convivência com o semiárido**

Se o foco da concepção de combate à seca é o da dominação do ambiente natural, através principalmente de obras hídricas que buscam mudanças no clima e no solo do semiárido, a convivência com o semiárido baseia-se no conhecimento e no respeito às condições ambientais da região, que é repleta de especificidades, que não podem ser homogeneizadas, tornando-se necessário construir alternativas para conviver com essas características particulares (Silva, op. cit.; Assis, op. cit.; ASA, 1999). Este paradigma atenta para a necessidade de democratizar a água e a terra, através da reforma agrária e da reforma hídrica, buscando demonstrar que o problema do semiárido brasileiro não é climático, mas sociopolítico (Duque, 2008).

A convivência com o semiárido ganhou destaque na década de 1980, apoiada na bandeira da agricultura alternativa. Esta visão era trabalhada principalmente pela sociedade civil, porém teve o apoio de instituições de pesquisa, como a Embrapa e a Embrater. Estes atores passaram a desenvolver tecnologias hídricas e produtivas apropriadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do semiárido. Em 1982 as empresas supracitadas elaboraram um documento intitulado “Convivência do Homem com a Seca”, sugerindo uma atuação governamental que assegurasse a convivência dos indivíduos com a natureza da região, principalmente através da captação e armazenamento da água em pequenas propriedades (Assis, op. cit.).

Agricultores já vinham desenvolvendo técnicas de convivência com a seca há muitos anos, porém, neste momento, as experiências passaram a ser sistematizadas por diversas organizações da sociedade civil, com destaque para as ONGs, que atuavam em conjunto com sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e organizações da Igreja católica.

Porém, muitas das ações, principalmente das associações e cooperativas de agricultores, eram sazonais, só desenvolvendo-se em períodos de seca, com dispersão após estes momentos. O início desta unificação veio com a ocupação da sede da Sudene, em Recife, em 1993, por trabalhadores rurais ligados a ONGs, dentre elas o Caatinga, sindicatos, associações e cooperativas, durante um período de seca. Exigiam providências governamentais, sobretudo a elaboração de um plano de ações permanentes no semiárido, baseadas em um novo modelo de desenvolvimento. Esta ocupação deu origem a um seminário denominado “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro”, criado a partir do Fórum Nordeste, composto por cerca de trezentas organizações



da sociedade civil, que cobrava tecnologias apropriadas e gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos. Questionava-se as políticas de assistencialismo e clientelismo à população atingida pela seca e também os impactos ambientais do agronegócio, propondo diretrizes para o governo federal no sentido de fortalecer a agricultura familiar, utilizar os recursos naturais de modo sustentável e democratizar as políticas públicas (ASA, 1999).

Em 1999, durante a Terceira Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas (COP 3), ocorrida em Recife, organizou-se um fórum paralelo. Representantes de cerca 700 organizações como Igrejas, ONGs, movimento sindical de trabalhadores rurais, entidades ambientalistas, ONGs, agências de cooperação internacional, associações e cooperativas, movimentos de mulheres, universidades e movimentos sociais rurais e urbanos, que já estavam mobilizados em diversos estados, construíram propostas concretas para lidar com a desertificação no Brasil e, em especial, no semiárido (ASA, op. cit.).

Estas organizações percebem ser necessária uma cooperação mais permanente entre estas instituições, muitas das quais já trabalhavam com propostas de alternativas sustentáveis para o semiárido há mais de 10 anos, e é criada a Articulação do Semiárido Brasileiro. Como resultado dos debates do fórum e da criação da ASA é publicada a “Declaração do Semi-Árido”, que apresenta a proposta de convivência com o semiárido, versando principalmente sobre o uso sustentável dos recursos e a quebra do monopólio do acesso à terra, água e outros meios de produção (ASA, op. cit.).

Além da Declaração, a articulação decide lançar um projeto mais concreto, que atingisse uma necessidade latente da população sertaneja e que causasse impacto na mídia. É proposta então a construção de um milhão de cisternas de placas no semiárido brasileiro, o que deu origem, anos mais tarde, ao Programa de Formação e Mobilização para a Convivência no Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC).

Quando, durante a COP 3, a ASA lançou o projeto, o Ministério do Meio Ambiente propôs a realização de um programa piloto, que demonstrasse a capacidade das organizações na execução de cisternas em grande escala. Assim, o que se negocia em um primeiro momento é a construção de 1.000 cisternas, com recursos de cerca de R\$ 500.000,00, valor que representa 0,025% do que seria investido em ações emergenciais contra a seca nos anos de 1998 e 1999 e 0,1% do que se considerava necessário para a construção de 1 milhão de cisternas à época (Assis, op. cit.). Firma-se um convênio com o Ministério do Meio Ambiente, ainda em 2000. Em um encontro realizado em novembro do mesmo ano em Juazeiro (BA) com membros da ASA de todos os onze estados do semiárido, são aprovadas as orientações gerais PIMC. No mesmo mês, o programa foi oficialmente lançado, com a inauguração da cisterna de número um em Sobradinho, na Bahia.

Desde a sua fundação, em 1999, até os dias de hoje, a ASA desenvolve iniciativas e técnicas que buscam contribuir para a segurança e soberania alimentares, hídricas e energéticas da população dispersa do semiárido nordestino. Estas soluções podem ser classificadas em duas categorias. A primeira são estratégias de estocagem – de sementes, de água e de ração – e a segunda trata-se da diversificação de atividades – policultura, criação, colheita (Duque, 2008).

O PIMC é a principal estratégia de estocagem de água. Prevê a construção de um milhão de cisternas de placas, possibilitando a captação de água da chuva para consumo humano nos estados do semiárido brasileiro. A água é captada por meio de calhas que vão do telhado da residência até as cisternas, que são reservatórios de forma ovalada, com metade de suas dimensões encravadas no chão, impedindo a entrada de luz e a evaporação, podendo acumular até 16 mil litros por até 8 meses (Silveira e Cordeiro, 2010).

Para a execução do P1MC, o programa contou, ao longo dos anos, com recursos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além do apoio de instituições de caráter público ou privado, como a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Em 2003 o P1MC foi incorporado ao quadro de políticas públicas governamentais, buscando a criação de soluções alternativas a problemas sociais antigos através do fortalecimento social e da gestão compartilhada. Para Bonnal e Kato (2011), o P1MC ultrapassa os limites tradicionais do conceito de política pública, uma vez que é gestado, elaborado, implementado e controlado pela sociedade civil. Assim, acreditam que seria melhor enquadrado na noção de ação pública, que implica a participação de atores diversificados e a multiplicação dos fóruns de articulação (Lascoumes e Le Gales, 2007 apud Bonnal e Kato, op. cit.).

Os programas são de suma importância na medida em que podem contribuir para que a população deixe de depender do assistencialismo e do clientelismo que existe em torno da água. O P1MC não visa solucionar apenas o problema da falta de água, pois cria autonomia e liberdade, para quem por exemplo, as famílias possam escolher seus próprios gestores públicos.

A convivência com a seca modificou os atores protagonistas das ações no semiárido. Se nas obras de combate à seca o sujeito principal é o Estado ou a iniciativa privada, através de grandes empreendimentos, nesta nova concepção os habitantes da região são os protagonistas, que tornam-se sujeitos políticos. Estes já vinham desenvolvendo técnicas de convivência com a seca há muitos anos, porém, a partir desta visão, incorporam a participação popular como um instrumento para influenciar as políticas públicas.

Assim, acreditamos que o paradigma de convivência com o semiárido leva ao desenvolvimento, no sentido empregado por Amartya Sen (2000). O autor acredita que existem diferentes maneiras de se pensar este conceito. Uma delas é identificando-o com o “crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social” (Sen, 2000: 17). A outra, uma visão mais abrangente que o autor denomina desenvolvimento como liberdade, propõe que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais e de ampliação das possibilidades de escolha das pessoas.

Para o economista indiano, o crescimento econômico é importante para o desenvolvimento, porém como um meio de expandir as liberdades da sociedade, e não como um fim. Entre os fatores que mais ajudam o crescimento a reduzir a pobreza está o grau de desigualdade. Quanto menos desigual for uma sociedade, maior será a redução da pobreza possibilitada pelo crescimento econômico. Seu impacto é pequeno quando há muita disparidade no acesso à propriedade da terra ou à educação, ou quando são fortes as distâncias étnicas ou de gênero.

Porém, a expansão das liberdades, e portanto o desenvolvimento, necessita ainda de outros meios para se efetivar, como os direitos civis e o acesso a serviços de saúde e educação. Esta última é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Como fim, o que significa dizer que é parte integrante do desenvolvimento, relaciona-se à importância da liberdade substantiva na vida das pessoas: condições de evitar a fome, de saber ler e de ter participação política, entre outras circunstâncias primordiais.

Em relação à liberdade como meio do desenvolvimento, trata-se do modo como direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade humana e, portanto, para a promoção do desenvolvimento. Esta afirmativa está baseada na ideia de que as liberdades são inter-relacionadas entre si, “e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (Sen, op. cit.: 54).

O autor acredita que a pobreza seja a privação de capacidades básicas e não apenas a baixa renda. Um exemplo dado pelo autor é de uma pessoa com renda elevada porém sem oportunidade de participação política. Este indivíduo não é pobre no sentido usual, mas o é em relação a uma liberdade importante. E estas privações não são encontradas apenas nos países chamados “subdesenvolvidos”, mas também nos ricos. Para Sen, o alto nível de desemprego na Europa é, por si mesmo, um aspecto da desigualdade tão importante quanto a própria distribuição de renda.

Sen demonstra que os países pobres podem atingir o “desenvolvimento humano”, que não é “luxo de países ricos”, pois setores como saúde e educação são trabalho-intensivos, e baratos, já que nas economias pobres os salários são baixos. A existência destes serviços ajudaria na melhoria da qualidade de vida da população e no seu desenvolvimento econômico, já que a renda é importante para se obter capacidades, mas, ainda mais importante, é que o aumento de capacidades conduz a um maior poder de auferir de renda. Assim, a expansão dos serviços de saúde e educação pode levar ao desenvolvimento de um país. Isto mostra que a redução da pobreza de renda não pode ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza.

### **Caracterização da área de estudo – O Sertão do Araripe**

O Sertão do Araripe ocupa uma área de 12.020,3 km<sup>2</sup>, localizada na porção mais ocidental de Pernambuco, e faz parte da região semiárida do nordeste brasileiro. Limita-se ao norte com a região do Cariri cearense, ao sul com o Sertão do São Francisco (Pernambuco), a leste com o Sertão Central (Pernambuco) e a oeste com o Vale dos Guaribas (Piauí).

O Sertão é composto por 11 municípios: Bodocó, Exu, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena, Araripina, Granito, Ipubi, Ouricuri, Trindade e Parnamirim, sendo este último considerado como pertencente ao Sertão Central de Pernambuco em algumas classificações. O Sertão do Araripe está inserido na microrregião de Araripina, e tem IDH de 0,620, inferior ao do estado de Pernambuco, 0,692 (Fupef, 2007).

As principais características naturais da região, assim como o restante do semiárido brasileiro, são o clima quente e seco, com escassez e irregularidades de chuvas, geralmente concentradas em poucos meses, aliadas a uma alta evapotranspiração e à existência de grandes períodos de seca. A média anual das precipitações é de 685 mm, considerada uma quantidade razoável, podendo ultrapassar os 1.000 mm anuais nas cotas mais altas da chapada do Araripe. O problema está em sua distribuição, pois cerca de 71% da precipitação ocorre entre os meses de janeiro e abril (Fupef, op. cit.).

Em 2007, a população do Sertão era de cerca de 297.648 habitantes (4,5% da população de Pernambuco), com 51% da população residindo na área rural. É importante observar que entre 2000 (49%) e 2007 (51%), a região apresentou um crescimento da população rural, mesmo que discreto, que pode ter relação com os incentivos e programas que beneficiaram aquela população. O movimento contrário foi registrado no período entre 1970 (71%) e 2000 (49%) - que não ocorreu apenas nessa região, mas em todo o país -, período em que as políticas públicas não eram voltadas para a fixação do homem no campo (MDA, FOTEAR, IADH, op. cit.).

Segundo dados do IBGE (2010) a população atual do Sertão do Araripe é de 307.658 pessoas, das quais 46% são habitantes da área rural. Porém, como já afirmado anteriormente em relação ao semiárido como um todo, núcleos considerados urbanos têm caráter eminentemente rural. Assim, acreditamos que a população rural no Araripe seja maior que estes 46% apontados pelo órgão de pesquisas. As sedes de distritos, consideradas urbanas pelo IBGE, não tem caráter de urbanidade, sendo muito mais um aglomerado de casas que uma cidade. Além disto, a maioria dos indivíduos que lá residem trabalham no setor primário.

A maior fonte de renda da região vem do polo gesso, localizado nos municípios de Trindade e Ipubi (municípios com o menor percentual de população rural do Araripe, não à toa), sendo o Araripe responsável por 95% da produção nacional de gesso. As principais cadeias produtivas são a apicultura, a mandiocultura, a bovinocultura e a caprinovinocultura.

### **As origens da rede de atores no Sertão do Araripe**

Em Pernambuco, durante o primeiro governo estadual de Miguel Arraes (1962-1964) foi criado o Projeto de Apoio à Zona Rural (hoje denominado Pro-Rural), que, segundo entrevistados no trabalho de campo, incentivou a organização coletiva nas comunidades, na medida em que a realização de projetos pelo programa era condicionada à existência de uma associação dos agricultores nestes locais.

Diversos atores sociais apontaram a importância das Pastorais Rurais para a organização da sociedade civil na região do Araripe, com a criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, sendo a primeira delas fundada no município de Santa Filomena na década de 1970. Segundo Sabourin (2005), a maioria das organizações de agricultores e de trabalhadores rurais do sertão nordestino tem suas raízes no movimento sindical camponês ou nas Comunidades Eclesiais de Base.

Petersen (2004) esclarece que as Comunidades Eclesiais de Base surgiram no contexto da ditadura militar, que reprimiu organizações populares no mundo rural brasileiro, obrigando os produtores familiares a construir novos canais de participação cívica e ação política. Esse novo espaço foi encontrado sobretudo na Igreja católica, muito disseminada no rural e que escapava, de certa maneira, ao controle militar.

Ainda segundo Petersen, as CEBs também permitiram que as lideranças que emergiram a partir desta fossem independentes da política institucionalizada realizada na maioria dos partidos políticos, que muitas vezes têm referências padronizadas e desvinculadas dos contextos locais.

Assim, as CEBs estimularam a revitalização da sociabilidade nas comunidades rurais através da participação efetiva das famílias nas dinâmicas locais, com possibilidade de agir sobre a realidade imediata, valorizar os recursos materiais e as capacidades humanas localmente disponíveis. Disseminaram-se processos de ajuda mútua e serviços comunitários, como as casas de farinha, as roças coletivas, os bancos de sementes e os mutirões.

Posteriormente, na década de 1980, tomou forma a experimentação de práticas e métodos alternativos aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, como a adubação orgânica e os métodos naturais de controle de pragas. Ainda segundo Petersen, este foi o momento em que o movimento agroecológico começou a se constituir, graças à interação das comunidades rurais estimuladas pelas CEBs com instituições que trabalhavam com agricultura alternativa, especialmente ONGs. O Sertão do Araripe é um exemplo de local onde aconteceu esta interação.

Neste contexto, foi criado, em 1983, o Projeto Tecnologias Alternativas, vinculado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (PTA/FASE). Em 1988, o projeto já estava presente em 10 estados do país, onde foram criados centros de agricultura alternativa (Petersen, op. cit.).

A Rede PTA foi importante na medida em que inseriu no debate sobre agricultura alternativa o tema dos “agricultores como agentes de transformação social” e a preocupação com “a valorização do conhecimento popular” (CTA-O, s.d.: 10). Assim, não se tratava apenas de uma crítica ao modelo da modernização agrícola, mas de atuar de forma vinculada a processos sociais locais, procurando difundir técnicas e métodos apropriados às situações específicas dos produtores. De passivas receptoras de tecnologias, as famílias foram estimuladas a assumirem um papel ativo como agentes de disseminação e criação tecnológica.

A forte atuação da sociedade civil no Sertão do Araripe teve na articulação entre o movimento sindical, iniciado pela presença das CEBs e das pastorais rurais, e o movimento agroecológico um importante impulso. Segundo entrevistados, a busca de uma estratégia coletiva para se opor a um modelo predatório de agricultura e pecuária levou à criação de um espaço de diálogo entre organizações de agricultores familiares, organizações não governamentais, lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais de diversos municípios, igrejas, pesquisadores e extensionistas, dentre outros.

A criação, em 1986, do Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA-O) no Sertão do Araripe deve-se ao fato de se tratar de uma região representativa em termos de semiárido, ideal para se estudar a convivência com este clima. Na época, considerou-se relevante instalar um CTA em uma zona frequentemente considerada como excluída do progresso como o Sertão, e, mais ainda, em uma região de predominância pecuária e não agrícola, onde havia uso intenso de agrotóxicos e de antibiótico nos animais (CTA-O, s.d.).

Segundo entrevistas, a presença das Comunidades Eclesiais de Base (e de sindicatos e outras organizações da sociedade civil) na área também foi decisiva para a escolha. O município de Ouricuri foi eleito devido a sua centralidade geográfica e por estar a uma distância relativamente curta de Petrolina, onde estava localizado o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (atual EMBRAPA Semiárido).

Assim, o objetivo geral do CTA era o de favorecer o controle pelos pequenos produtores de seu próprio progresso, particularmente no domínio tecnológico. Isso pressupunha, além de certas condições (sociais, econômicas, técnicas) na escala da unidade de produção, a existência de uma organização de produtores capaz de obter os meios exteriores necessários, como crédito, assistência técnica e poder de barganha com o mercado. Esta necessária ordenação de produtores impulsionou ainda mais a articulação dos atores sociais na região. Assim, criou-se um círculo virtuoso na gestão local do conhecimento agroecológico, entre os processos de experimentação prática e a atuação política dos segmentos sociais.

O CTA-O desvinculou-se do PTA-FASE em 1988, tornando-se uma associação autônoma, em um movimento ocorrido similarmente em outros CTAs. A rede de atores sociais mostrava-se cada vez mais estruturada, com capacidade de seguir um caminho independente, congregando instituições de diferentes naturezas e indivíduos de diferentes inserções sociais: ONGs, organizações de agricultores familiares, instituições de pesquisa e extensão, igrejas, pesquisadores, dentre outros. Esse vínculo com atores que se inserem de forma diversificada na sociedade permitiu que os referenciais da agroecologia se capilarizassem no território, assentando a rede local em bases sociais sólidas.

O CTA-O tornou-se uma ONG, o Caatinga, porém sua atuação manteve-se na mesma linha. Foi dada continuidade ao trabalho com estratégias de captação e manejo da água; com sistemas de produção de alimentos e geração de renda; e na geração e intercâmbio de conhecimentos.

A partir dos trabalhos de campo realizados, foi possível perceber que o apoio financeiro e de recursos humanos do Caatinga é fundamental para a mobilização das organizações sociais no Araripe. Esta característica em muito se deve ao fato do trabalho do Caatinga ser marcado pelas cooperações, possuindo mais de 100 parceiros. Assim, acreditamos que a existência do Caatinga é crucial para esta rede de atores, atuando no fortalecimento da ação coletiva da região em três direções, que se retroalimentam: nas ações técnicas (ou agroecológicas), nas práticas econômicas e no acesso às políticas públicas.

### **A atual conformação da rede de atores do Sertão do Araripe**

A rede do Sertão do Araripe congrega atores que trabalham em um projeto comum de desenvolvimento local. Trata-se de uma rede constituída por ONGs, associações,

sindicatos, bancos públicos e instituições de pesquisa públicas, dentre outros. O Caatinga tem papel pioneiro e fundamental, pois foi a primeira ONG a se instalar na região.

Além do Caatinga, um dos mais importantes atores nesta conformação social trata-se do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC). A instalação do PDHC no Sertão do Araripe, no ano de 2002, foi resultado da reivindicação da sociedade civil, e sua chegada possibilitou a instalação do Território da Identidade e, posteriormente, do Território da Cidadania na região.

O projeto trabalha com temas como segurança hídrica, segurança alimentar, produção e comercialização e acesso ao crédito. No Araripe, tem como foco a assessoria técnica a projetos de agroecologia em áreas de reforma agrária, dedicando-se também às questões de gênero e geracionais.

O Projeto tem uma parceria estreita com o Caatinga e o Chapada, que executam seus projetos em quarenta e cinco comunidades e assentamentos de reforma agrária no Sertão do Araripe, com o auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e do Centro de Articulação e Assessoria do Trabalho com Mulheres no Araripe (CAATMA).

Também atuam na região do Araripe os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Os STRs da FETAPE (filiada à CONTAG) estão presentes em todos os municípios do Araripe, com considerável força política, e com unidade, representada pelo Polo Sindical do Araripe.

Muitas das lideranças dos STRs emergiram durante a atuação das CEBs na região, renovando o movimento sindical de trabalhadores rurais e contribuindo para outras organizações populares no contexto de abertura política do início dos anos de 1980. Sua presença bastante capilarizada em todo o Araripe (e, de maneira geral, em todo o semiárido brasileiro), possibilitou que vinculasse as dinâmicas sociais das comunidades e municípios com as articulações políticas no plano regional. Além disto, as relações criadas entre agricultores serviram como substrato para a criação de abordagens metodológicas e conceituais orientadas para a construção da agricultura alternativa (Petersen, op. cit.).

Em alguns municípios do Araripe estão sendo organizados sindicatos da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAFs). Com isto, é possível perceber que a rede de atores do Araripe não é una, e que existem diferenças internas.

Também está presente no Araripe a Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Araripe (EcoSol Araripe), fundada como uma maneira de viabilizar empréstimos para os desassistidos pelo crédito oficial, utilizando-se da metodologia dos Fundos Rotativos Solidários (FRSs).

Outra cooperativa atuante na região é o Centro de Organização dos Produtores Agroecológicos do Araripe (COPAGRO), que congrega agricultores que produzem de maneira agroecológica para desempenhar ações principalmente na esfera do mercado e da comercialização. A Copagro organiza as feiras agroecológicas que acontecem semanalmente nos municípios de Ouricuri, Santa Filomena, Bodocó, Exu, Trindade, Araripina e Ipubi e gerencia o Empório Kaeteh.

A Embrapa Semiárido também é importante na rede. Possui uma linha de pesquisa em agroecologia, que culminou com a publicação do Marco Referencial em Agroecologia (2006), uma estratégia de institucionalização da abordagem agroecológica na Embrapa e de renovação do órgão, que busca interagir com órgãos públicos e com o terceiro setor na oferta de tecnologias, produtos e serviços que contribuam para a agroecologia.

A Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA) trata-se de uma autarquia voltada para a pesquisa e desenvolvimento de serviços agropecuários, além de desempenhar

funções de assistência técnica, extensão rural e implementação de infraestrutura hídrica, dando apoio à construção de cisternas e outras tecnologias sociais.

Também atua na região a ONG Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA), com sede em Araripina, também executora do PDHC. A ONG presta serviços de preservação e recuperação do meio ambiente, trabalhando com assessoria técnica aos agricultores familiares, buscando a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) estão presentes no Araripe. Mantém boas relações entre si e organizam ações conjuntamente, enfrentando “o modelo capitalista de agricultura e confrontando o Estado”, nas palavras de um de seus dirigentes.

Há também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), centro de educação técnica federal sediado em Ouricuri, que oferece cursos que são planejados em conjunto com as comunidades rurais, público-alvo da instituição. O IF também faz um trabalho de análise da água das cisternas e das barragens subterrâneas existentes no Sertão.

Também estão presentes a ONG Sabiá, de assessoria técnica, e que atua na Zona da Mata e no semiárido; a ONG Diaconia, formada a partir de grupos da Igreja católica em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará para assessoria a agricultores; e a Igreja católica, que tem importante papel na mobilização da população ainda nos dias de hoje.

### **Considerações finais**

Podemos concluir que a rede de atores possibilita processos de mudança social no Araripe, e incrementa o capital social existente na região.

Foi possível perceber que o aumento da participação e do controle social dos atores fez com que o Estado se desresponsabilizasse de algumas de suas funções, como a mobilização dos atores mais frágeis, a dotação do território de infraestrutura e recursos necessários para seu funcionamento.

A mudança social no Araripe não é um fenômeno novo, entretanto, o engajamento no paradigma de convivência com o semiárido impulsionou ainda mais este processo. Para nós, existe protagonismo social no território, representado pela ONG Caatinga, principal articuladora da rede. Além disto, o Caatinga, como fundador da ASA, é um dos formuladores do projeto de desenvolvimento do Araripe.

Porém, observamos que ainda não existe clareza na defesa de uma proposta de desenvolvimento, tampouco um domínio e conhecimento do funcionamento de algumas políticas hoje em vigor no território, como PAA, PNAE e PRONAF. De forma que essas organizações, na maioria dos casos, estão mais nestes espaços validando processos ditos “participativos” do que interagindo de fato, e construindo propostas realmente ajustadas às condições da região. Além disto, é possível perceber que o paradigma da convivência é restrito às organizações da sociedade civil e alguns órgãos de governo, não tendo sido incorporado por organizações privadas que atuam no Araripe.

Assim, a abrangência do trabalho da rede é considerável, porém pulverizado. São poucos agricultores que realmente incorporaram os princípios da agroecologia, o que dificulta o trabalho e a troca de experiências. Entretanto, a sazonalidade das ações foi extinta, e, hoje, a sociedade civil age de maneira mais sistemática.

No nordeste e especialmente no semiárido, a agricultura familiar vem se mantendo, nos últimos trinta anos, ao custo de uma pressão crescente sobre os recursos naturais. Limitações como a pressão fundiária e o pequeno tamanho das propriedades; a pobreza e a falta de oportunidade de geração de renda, em mercados pouco dinâmicos; e a manutenção

de práticas predatórias de uso do solo e de outros recursos. Neste sentido, o trabalho de difusão dos princípios da convivência com o semiárido é fundamental.

A ideia da convivência não foi criada repentinamente. Intelectuais (como Josué de Castro e Celso Furtado), já atentavam para a necessidade de uma relação mais harmônica com o ambiente há décadas, e agricultores e ONGs já desenvolviam técnicas há muitos anos. A culminância do processo deu-se em 1999, com a criação da ASA, porém este já vinha sendo gestado há muito.

Percebemos que o paradigma de convivência com o semiárido busca modificar realidades tanto no campo cultural quanto no político. Nos espaços culturais, a convivência é uma contestação das imagens historicamente construídas de que aquela é uma terra fadada ao fracasso e à miséria, que será sempre dependente de socorros emergenciais. Assim, os atores envolvidos buscam a construção de novos significados da realidade semiárida pela população, divulgando situações exitosas e construindo novos conhecimentos.

No campo da política, as mudanças se refletem na ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada nos processos de formulação e execução de políticas públicas. A convivência requer o fortalecimento da organização da sociedade civil e a ampliação dos seus espaços de participação. Estas ações introduzem novos temas nos espaços de decisão política, contribuem para a democratização das tomadas de decisões e para a transformação da matriz das relações sociais ao converter reivindicações tópicas e localizadas em direitos. Além disto, estes novos espaços permitem uma interação entre a ação coletiva da população e a ação pública do Estado nas suas diversas escalas (Medeiros e Dias, 2011a).

Se as modificações na realidade econômica e social dependem de uma maior participação da população no processo político, para isto ocorrer é necessária a criação de novos espaços de articulação. No caso deste estudo, estes espaços são a ASA, o Fotear e os CMDRSs, que podem ser interpretados como caminhos para levar ao empoderamento da população, que passa a exigir e a ter demandas em relação ao poder público. A Declaração do Semiárido pode ser um exemplo destas exigências da população. Nela, organizações reivindicam para o semiárido uma política de desenvolvimento humano e econômico, ambiental e cultural, científico e tecnológico, que viria substituir ações assistencialistas.

Se encararmos o território como a projeção espacial das relações de poder podemos concluir que houve mudanças territoriais no Araripe. Ali, o poder sempre foi coersivo, o que vem mudando, tornando-se persuasivo, o que se reflete no território e na organização espacial do lugar. O poder já não é tão concentrado, há um partilhamento dele entre os membros da rede de atores do Araripe. Os indivíduos se influenciam mutuamente, porém não dominam uns aos outros, destacando-se os princípios da solidariedade e da ajuda mútua.

Em relação à interpretação do território como um espaço de identidade, Castro acreditava que faltava à população do semiárido a capacidade e oportunidade de se constituir como povo, de forma organizada, para enfrentar estes desafios estruturais. Acreditamos que o Caatinga e seus parceiros desenvolvem esta identidade, o que é uma maneira de incrementar o capital social da região.

Em relação às mudanças espaciais, se concordamos com Corrêa (2003), podemos afirmar que as práticas espaciais tratam-se de um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, o alteram no todo ou em parte, ou o preservam em suas formas e interações espaciais. No nosso caso, as práticas espaciais da convivência alteram o espaço do Sertão do Araripe, modelando a paisagem de acordo com a noção de desenvolvimento a que servem.

Manuel Correia de Andrade (1984) é da opinião que a produção do espaço é um permanente processo histórico movido pela ação humana de organização e reorganização das relações sociais e produtivas, provocando modificações no meio ambiente, do mesmo modo



que os recursos ambientais influenciam os modos de organização da vida social e econômica. Além disto, o autor acredita que o espaço é produzido em consequência dos sistemas de exploração dos recursos naturais, através da implantação de determinados modos de produção que geram determinadas formações econômico-sociais.

Se os sistemas de exploração dos recursos naturais estão sendo modificados com a incorporação do paradigma de convivência com o semiárido, podemos afirmar que espaço do Araripe está sendo, neste momento, reconstruído. Este processo de permanente reconstrução é normal. O que é novo é esta maneira de contruí-lo, levando em conta o respeito ao bioma, buscando a democratização do acesso à água e à terra e construindo novos espaços de participação política.

A segunda hipótese deste trabalho é a de que a convivência com o semiárido permite o acesso à políticas públicas e a novos ativos. São acessados ativos como a água; a terra, através de ocupações de terra e da organização em relação ao crédito fundiário; e a organização política e a cidadania. E também outros, como a cultura, como o Ponto de Cultura na Roça, que tem sede em Dormentes, no Sertão do São Francisco (PE).

Consideramos que acesso a certos recursos pode criar oportunidades, contribuindo para o empoderamento e a mudança. No caso estudado consideramos a convivência com o semiárido também um ativo, pois impulsiona o empoderamento, transformando realidades. O acesso a este ativo pode viabilizar o acesso a outros, que antes não podiam ser acessados. Quando são dadas condições para que sujeitos tornem-se agentes, passem a participar de processos sociais e a ter liberdade de escolher a vida que desejam ter – e isto é desenvolvimento.

## Referências

ANDRADE, M. C. de. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1984.

ASA. *Declaração do Semi-árido*. Recife: s.n., 1999.

ASSIS, T.R.P. *Sociedade Civil, Estado e Políticas Públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) no Estado de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2009.

BEBBINGTON, A. *Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes*. London: IIED/DFID, January 1999.

BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (orgs). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Série desenvolvimento rural sustentável; v.14. Brasília: IICA, 2011.

DELGADO, N.G.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (orgs). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Série desenvolvimento rural sustentável; v.14. Brasília: IICA, 2011.

DUQUE, G. “*Conviver com a seca*”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.17, p.133-140, jan/jun 2008. Ed. UFPR.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. *Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Curso do Collège de France, 14 de janeiro de 1976. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 179-191.

HABERMAS, J. *O conceito de poder de Hannah Arendt*. In: Freitag, B. e Rouanet, S. P. (orgs.). Habermas. São Paulo: Ática, 1980.

MDA; FOTEAR; IADH. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Sertão do Araripe – Pernambuco*. Brasília: IADH/SDT-MDA, 2011.

MEDEIROS, L. S. de; DIAS, M. M. Introdução. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Série desenvolvimento rural sustentável; v.14. Brasília: IICA, 2011.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S.G. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.

PUTNAM, R.D. *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SABOURIN, E. Dispositivos coletivos de apoio à produção e dinâmicas territoriais. In: PIRAUX, M.; CANIELLO, M. (orgs.). *Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública – Revista Raízes*. Campina Grande. v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, R. M. A. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M.A; Sposito, E.S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP. 2009.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.C.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

